



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO DO CURSO DE PEDAGOGIA**

BRUNA VANESSA DA SILVA MOURA

**O PRECONCEITO RACIAL NO ÂMBITO EDUCACIONAL: ESTRATÉGIAS E
PRÁTICAS PEDAGÓGICAS ANTIRRACISTAS**

**GUARABIRA/PB
2018**

BRUNA VANESSA DA SILVA MOURA

**O PRECONCEITO RACIAL NO ÂMBITO EDUCACIONAL: ESTRATÉGIAS E
PRÁTICAS PEDAGÓGICAS ANTIRRACISTAS**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia do Centro de Humanidades da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB - Campus III, em cumprimento aos requisitos necessários para a obtenção de grau de Licenciada em Pedagogia.

Área de concentração: Formação docente e Fundamentos da Educação.

Orientadora: Prof^ª Ms^a Sheila Gomes de Melo.

**GUARABIRA/PB
2018**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

M929p Moura, Bruna Vanessa da Silva.

O preconceito racial no âmbito educacional [manuscrito]: estratégias e práticas pedagógicas antirracistas / Bruna Vanessa da Silva Moura. - 2019.

36 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, 2019.

"Orientação: Profa. Ma. Sheila Gomes de Melo, Departamento de Educação - CH."

1. Educação. 2. Preconceito racial. 3. Práticas pedagógicas. I. Título

BRUNA VANESSA DA SILVA MOURA

**O PRECONCEITO RACIAL NO ÂMBITO EDUCACIONAL: ESTRATÉGIAS E
PRÁTICAS PEDAGÓGICAS ANTIRRACISTAS**

Trabalho de conclusão de curso apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Graduação em Pedagogia, pela Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, Campus III.

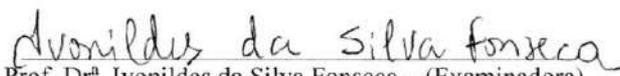
Área de concentração: Formação docente e Fundamentos da Educação.

Aprovado em: 12/06/2019

BANCA EXAMINADORA



Prof.^a Ms.^a Sheila Gomes de Melo (Orientadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Dr.^a Ivonildes da Silva Fonseca – (Examinadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof.^a Ms.^a Francineide Batista de Sousa Pedrosa – (Examinadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, a Deus, por ter me iluminado ao longo desta caminhada, e por esta conquista. E a Nossa Senhora por ter intercedido por mim, e ter passado à frente em cada momento de aflição.

Aos meus pais Edivânia e Severino, que estiveram ao meu lado durante toda essa jornada, sempre me apoiando e me guiando para essa realização.

Ao meu espesso Ruan, por todo apoio e compreensão. Sem sua ajuda nada disso seria possível.

À minha Vó Severina e minha sogra Joana D'arc, que me incentivaram a prosseguir e não desistir diante das dificuldades.

Às minhas amigas Juliana e Karina, responsáveis pelo cultivo de uma sincera amizade durante o curso, as quais levarei para a vida, pelos sólidos laços construídos e por todos os momentos que passamos juntas, no qual sempre estiveram ao meu lado, conjuntamente contribuindo para o bom andamento dos trabalhos em grupo.

À minha querida Orientadora Sheila Gomes de Melo, por sua dedicação, disponibilidade e paciência para comigo, por todo seu incentivo, e principalmente, por sua excelente orientação, a qual foi de grande contribuição para a finalização deste trabalho.

Aos professores do curso de Pedagogia do Campus III - Guarabira, por todas as contribuições enriquecedoras.

A todos os parentes, colegas e amigos que estiveram presentes, e em especial, a meu amigo Diego que me ajudou sempre.

Enfim, a todos que contribuíram de forma direta e indireta para a realização deste trabalho, meus sinceros agradecimentos.

RESUMO

A construção do que se entende por preconceito racial possui imbricações vinculadas ao transcurso de um longo processo histórico e social, de submissão ao regime de escravização, negação da condição de humanidade e a posterior falta de políticas institucionais que visassem a devida inclusão social dos indivíduos que, à época, se encontravam libertos da condição de cativo. Assim, a pesquisa teve como objetivo geral conhecer as estratégias de ensino usadas por professores para a inclusão de crianças negras no ambiente escolar e a importância dessas práticas para o combate ao preconceito racial. Para o alcance desse objetivo, torna-se necessário: Identificar o papel do professor no processo de socialização em relação ao racismo; Descrever as estratégias de ensino usadas pelos professores para a inclusão de crianças negras no ambiente escolar; Analisar as consequências do racismo no desenvolvimento da criança. Nesse sentido, a utilização de referenciais teóricos e institucionais/oficiais conferiu a fundamentação necessária à elaboração do trabalho. Alguns dos autores utilizados foram: CAVALLEIRO(2001), GOMES(2006) e MACEDO(2016). Quanto à questão metodológica: realizou-se uma pesquisa de campo de caráter qualitativo. À partir da pesquisa em campo, sequenciada pela análise dos resultados, foi possível apreender certas peculiaridades atinentes a realidade da instituição educacional, especificamente sobre a forma como as educadoras compreendem, analisam e lidam com a questão dos casos de racismo em sala de aula.

Palavras-chave: Educação. Preconceito racial. Práticas pedagógicas.

ABSTRACT

The construction of what is meant by racial prejudice has imbrications linked to the course of a long historical and social process, of submission to the regime of slavery, denial of the condition of humanity and the subsequent lack of institutional policies that aimed at the proper social inclusion of the individuals who at that time were freed from the condition of captive. Thus, the research had as general objective to know the teaching strategies used by teachers for the inclusion of black children in the school environment and the importance of these practices in the fight against racial prejudice. To reach this goal, it is necessary to: Identify the role of the teacher in the process of socialization in relation to racism; Describe the teaching strategies used by teachers to include black children in the school environment; Analyze the consequences of racism in child development. In this sense, the use of theoretical references and institutional / official references gave the necessary foundation to the elaboration of the work. Some of the authors used were: CAVALLEIRO (2001), GOMES (2006) and MACEDO (2016). As for the methodological question: a qualitative field research was carried out. From the field research, sequenced by the analysis of the results, it was possible to learn certain peculiarities related to the reality of the educational institution, specifically about how educators understand, analyze and deal with the issue of racism in the classroom.

Key words: Education. Racial prejudice. Pedagogical practices.

LISTA DE QUADROS

| | |
|--|----|
| QUADRO 1 – Perfil dos Entrevistados..... | 23 |
| QUADRO 2 – Atitude Racista na Sala de Aula | 24 |
| QUADRO 3 – Conhecimento da Lei 10.639/03 | 25 |
| QUADRO 4 – Diversidade Racial na Sala de Aula | 26 |
| QUADRO 5 – Estratégias de atuação direcionadas à promoção da diversidade racial, na busca pela efetividade em contemplar o alunado | 28 |
| QUADRO 6 – Indagação acerca das práticas atinentes à promoção da diversidade racial e sua contribuição no processo de construção de identidades | 29 |

SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| 1. INTRODUÇÃO | 06 |
| 2. CAPÍTULO II – O negro no processo de formação da sociedade brasileira | 09 |
| 2.1. Políticas educacionais: questões de ordem histórica | 10 |
| 3. CAPÍTULO III – Compreendendo conceito, Preconceito, Discriminação, Racismo ... | 14 |
| 3.1. O preconceito racial no âmbito educacional | 15 |
| 3.2. Práticas Pedagógicas antirracistas | 17 |
| 4. CAPÍTULO IV - METODOLOGIA | 20 |
| 4.1. Método | 20 |
| 4.2. Caracterização dos sujeitos e do campo de pesquisa | 21 |
| 4.3. Procedimentos | 22 |
| 4.4. Análise dos dados | 23 |
| 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS | 30 |
| 6. REFERÊNCIAS | 32 |
| 7. APÊNDICE | 35 |

1. INTRODUÇÃO

Pode-se afirmar que o Preconceito Racial é qualquer pensamento ou atitude que separam as raças humanas por considerarem algumas superiores a outras. Esta noção tem base em diferentes motivações, em especial as características físicas e outros traços do comportamento humano. “Não há indícios científicos que justifique a racismo (...)”, concordando com Silva (2008, p. 65). Não se trata de uma teoria científica, mas de um conjunto de opiniões, além de tudo pouco coerentes, cuja principal função é alcançar a valorização, generalizada e definida, de diferenças biológicas entre os homens.

Apesar de estarmos em pleno século XXI, muitas pessoas ainda permanecem com ideias da era colonial, onde os negros eram vistos a partir de uma ótica da desumanização. Nos dias atuais, é fundamental que todos entendam que o mundo por si só, já precisa de muita ajuda e que atitudes racistas além de não ajudarem em nada, só servem para causar dor e sofrimento sobre quem as vivencia.

No Brasil existe uma forte mistura de raças, a incidência do Preconceito Racial pode não ser tão evidente para alguns, mas ele não deixa de existir. Muitas vezes ocorre de forma sutil, que nem é percebido. Pode ocorrer em forma de piadas, xingamentos, ou simplesmente evitar o contato físico com a pessoa. É notório que no nosso país a consequência do sentimento de inferioridade, interiorizado pela população negra, faz com que a cultura branca seja considerada um ideal a ser atingido, e a cultura negra algo a ser apreciado, porém marginalizado. O Preconceito Racial está presente no nosso cotidiano, apesar de todo desenvolvimento da sociedade, ainda encontramos várias formas de preconceito e discriminação por causa de diferenças raciais.

A verdade é que nenhum lugar está protegido do Preconceito Racial. E um dos lugares onde podemos encontrar esta falta de reconhecimento é na escola. Nesse sentido, a escola tem sido um dos espaços mais afetados por essas desigualdades. Ainda existe a crença de que a discriminação e o preconceito não fazem parte do cotidiano do âmbito escolar. Infelizmente muitas instituições não estão preparadas para enfrentar o preconceito e a discriminação que rodeia a nossa sociedade, onde socializar é a melhor forma de conscientização do alunado. E essa socialização deve-se partir da conscientização de todo corpo escolar. O âmbito educacional deve

ser o principal espaço de combate ao preconceito. Portanto, é imprescindível reconhecer esse problema e combatê-lo no espaço escolar (BRASIL, 2006).

A escola é um local onde é possível intervir na formação de opinião, conceito e consciência das crianças a cerca da igualdade racial. No entanto, observa-se que no contexto escolar, muitos professores declaram-se despreparados e inseguros para abordar temas polêmicos, como o da discriminação racial.

No momento em que as crianças são vítimas do preconceito em sala de aula, as mesmas podem apresentar problemas de relacionamento, queda na produtividade na escola e fobia em relação ao espaço escolar, prejudicando todo seu processo de ensino aprendizagem. É nesse momento que o professor torna-se peça fundamental nessa luta. Sendo necessário o uso de práticas pedagógicas de inclusão, que integrem crianças negras de formas interessantes e produtivas.

Por este motivo o preconceito racial é um problema educacional que merece cada vez mais ser abordado e enfrentado cotidianamente no interior das escolas, sendo contemplado na elaboração do plano de trabalho docente. Entretanto, cabe às instituições educacionais formar e orientar cidadãos, assim, as escolas precisam munir-se de estratégias a fim de minimizar os efeitos do racismo.

Sendo assim, este é o desenho deste estudo, haja vista consideramos importante lançar o nosso olhar investigativo sobre a realidade educacional no município de Alagoa Grande-PB, por considerarmos importante o desenvolvimento de práticas pedagógicas que atendam a demanda pelo preconceito racial no âmbito escolar e ainda carecem de investigação científica.

A questão problema é: Quais as estratégias de ensino usadas por professores para fazer a inclusão de crianças negras no ambiente escolar e combater o preconceito racial?

O presente trabalho tem como objetivo geral conhecer as estratégias de ensino usadas por professores para a inclusão de crianças negras no ambiente escolar e a importância dessas práticas para o combate ao preconceito racial. Para o alcance desse objetivo, torna-se necessário: Identificar o papel do professor no processo de socialização em relação ao racismo; Descrever as estratégias de ensino usadas pelos professores para a inclusão de crianças negras no ambiente escolar; Analisar as consequências do racismo no desenvolvimento da criança.

Este trabalho está estruturado em 5 (cinco) capítulos. O primeiro é a Introdução. O segundo tem como título “*O negro no processo de formação da sociedade brasileira*”, tendo como subtítulo, Políticas públicas educacionais: Questões de ordem histórica.

No terceiro capítulo apresenta uma discussão sobre “*Compreendendo conceito, Preconceito, Discriminação, Preconceito*”, e tem como subtítulo O preconceito racial no âmbito educacional; Práticas pedagógicas antirracistas.

No quarto capítulo traz o desenvolvimento metodológico do trabalho, onde é apresentada a metodologia utilizada para a realização da pesquisa, bem como análise dos dados coletados. Por fim, o quinto capítulo, expõe as considerações finais deste trabalho.

2. O NEGRO NO PROCESSO DE FORMAÇÃO DA SOCIEDADE BRASILEIRA

Buscar entender alguns aspectos que norteiam a dinâmica das relações sociais existentes nos dias atuais – e necessariamente sobre a temática do preconceito racial e desigualdade social que recaem sobre o contingente populacional negro, ao qual delimitaremos nosso estudo -, passa, por um primeiro momento, pela necessidade de analisarmos determinados pontos do processo de formação da sociedade brasileira.

Em um primeiro momento direcionamos nosso olhar para as especificidades existentes no movimento abolicionista. De acordo com Souza (2016), o marco institucional de rompimento com o regime escravagista – Lei Áurea de 13 de maio de 1888 - significou, na prática, a consequência de um longo processo de resistências¹, capitaneado principalmente pela população submetida às sevícias dos seus senhores.

Com isso, atemo-nos em seguida ao que é trazido por Silva e Santos (2012), no que é pertinente a influência das teorias raciais² que se faziam presentes entre parte significativa da elite intelectual brasileira, em uma delimitação temporal que compreende a segunda metade do século XIX e início do século XX.

Em fins do século XIX, de forma paralela ao franco andamento do movimento abolicionista, as teorizações raciais eugenistas passaram a ganhar notoriedade nos espaços considerados *privilegiados*, sedimentando, segundo os autores, modalidades de exclusão e marginalização desse estrato social recém-emancipado do jugo escravocrata.

O fenômeno da estruturação de um sistema social de marginalização e desconsideração da importância do negro na formação da sociedade brasileira poderá ser compreendido a partir da observação de certas características do próprio processo abolicionista. Dessa forma, Heringer (2002, p. 58) aponta-nos que o Brasil foi o último país do mundo a abolir o trabalho escravo de pessoas de origem africana, sem deixarmos de considerar que ao longo de 300 anos de vigência

¹ No tocante às formas de resistências empreendidas pela população negra, consideremos o que foi apontado por Souza (2016, p. 06): “Podemos resumir o movimento dos negros a fugas maciças, assassinatos de proprietários de terras e dos capatazes, esses acontecimentos promoviam uma desordem social no final do Império, o que ficou evidente para um número cada vez maior de pessoas, o questionamento se a escravidão era legítima ou não”.

² No caso brasileiro, a eugenia destacou-se como principal vertente entre as teorias raciais apregoadas pelos estudiosos brasileiros. Segundo Gioppo (1996, p. 167), podemos entender a eugenia como um termo originário da Inglaterra no século XIX e que gradativamente passou a ser incorporada nos discursos e práticas institucionais/governamentais, destacando-se pelas ações de “(...) manipulação, orientação e controle dos considerados *menos capazes*, que, não coincidentemente, faziam parte de um estrato da população pertencente às classes trabalhadoras”.

do regime em questão, provavelmente desembarcaram cerca de 4 milhões de africanos na condição de escravos.

Além dos fatores condicionantes de ordem econômica, da longevidade do regime e cultura escravocrata e a posterior ausência de políticas públicas de inclusão do grande contingente populacional de negros libertos, encontramos situações de institucionalização das medidas direcionadas contra este estrato social. Dessa maneira, atentamo-nos para a manifestação desse panorama, pois:

De modo geral percebemos que o interesse das elites e do governo brasileiro era excluir o negro do plano político, social e econômico. Para isso, utilizaram as Teorias Raciais e a imigração europeia, que era um processo de marginalização dos indivíduos negros. (SILVA E SANTOS, 2012, p. 03)

Analisando certos elementos de ordem histórica que foram inseridos no texto em questão, debatemo-nos sobre situações de permanência de práticas preconceituosas e, notadamente, excludentes, sob uma ótica de enxergar o negro a partir da inferioridade, reforçando determinados estereótipos que foram sendo gradualmente construídos no nosso imaginário.

Pela abordagem e fundamentação apresentada, podemos ter em consideração que o racismo também pode ser analisado como um problema de ordem educacional, guardadas as devidas especificidades do âmbito escolar, que merece ser cada vez mais abordado no interior das escolas.

2.1. Políticas educacionais: questões de ordem histórica

O direcionamento de determinadas políticas públicas intervencionistas, se considerarmos a periodização que compreende o final do século XIX e início das primeiras décadas do século XX, tinha por intencionalidade as classes menos favorecidas, pois:

No Rio de Janeiro do raiar do século XX (1904), as doenças eram constantes. Os higienistas e a classe dominante “culpava” a população pobre em especial os indivíduos negros, seus bairros (cortiços) e moradias pela proliferação de doenças, que (segundo eles) impedia a chegada de indivíduos de outros países, prejudicando a imigração de europeus, além de manchar a imagem do Brasil como nação. (SILVA E SANTOS, 2012, P. 04)

As estratégias de fortalecimento do regime republicano, se tomarmos como base de análise a existência de certos resquícios do combalido sistema monárquico, foram seguidas por

episódios dramáticos, marcados por atitudes de truculência, ilegalidades e uso desmedido do poder punitivo. Assim, os setores menos afortunados economicamente eram alvos constantes das ações lesivas governamentais, onde a força coercitiva era uma das marcas mais presentes nas ações nos espaços ocupados por esses estratos sociais.

Aliado à forma como a estrutura estatal enxergava e implementava as ações governamentais sobre tais classes sociais, atentemos para a forma como se processou a dinâmica das relações entre negros recém-libertos e o meio social:

No Brasil, os negros não tiveram nenhum amparo legal, foram largados a mercê da sorte. Sem acesso a terra e sem qualquer tipo de indenização por anos de trabalhos forçados, a maioria analfabetos, vitimizados pelo preconceito, grande maioria dos ex-escravos permaneciam nas fazendas que trabalhavam, vendendo seu trabalho para sobreviver. Os negros que foram para as cidades viviam do subemprego (trabalho informal e artesanato). Este fato resultou em um aumento expressivo no número de ambulantes, empregadas domésticas e quitandeiras, todos sem qualquer tipo de assistência e garantia; muitas negras eram tratadas como prostitutas. Muitos deles moravam nas ruas, quando muito, em míseros cortiços. Muitos negros se entregavam a bebida pela falta de trabalho e a vida ociosa. (SOUZA, 2016, p. 06)

O meio educacional torna-se o reflexo das próprias demandas existentes na sociedade, de forma mais específica nos seus aspectos culturais e econômicos. Nos principais marcos normativos pretéritos podemos perceber a incidência da desconsideração do negro como sujeito de direitos, quando nos debruçamos sobre os apontamentos de Fonseca apud Passos (2010, p. 02), relativo à Lei número 1 de 14 de janeiro de 1837, estabelecendo a proibição do acesso de escravos e indivíduos considerados “incapazes” nas escolas e cursos noturnos³.

Ressalta-se que algumas alternativas normativas eram apresentadas aos negros, sendo um reflexo do ideário iluminista, como será explanado nas linhas que se seguem abaixo:

Outro aspecto elucidativo sobre o papel destinado à educação dos negros está presente no Decreto nº 7.031, de 6 de setembro de 1878, que criou os cursos noturnos para livres e libertos no município da Corte e estabeleceu normas de validade nacional, provocando a criação de cursos semelhantes em outras províncias. Esse Decreto fez com que surgissem iniciativas de instrução primária e profissional de adultos. Alguns estudos⁹ indicam que, em algumas províncias, escravos frequentavam as escolas noturnas. Isso, contudo, não significa que essas

³ A redação da norma dava-se da seguinte maneira: “São proibidos de frequentar as escolas públicas: Primeiro: todas as pessoas que padecem de moléstias contagiosas. Segundo: os escravos e os pretos africanos, ainda que sejam livres pu libertos”.

experiências tenham se universalizado para escravos e negros livres (...)
(PASSOS, 2010, p. 08)

O alcance universal, conferindo oportunidades aos que se encontravam propensos a serem educados encontrava-se restrito à esfera do ideal. Mesmo que a previsibilidade legal recaísse sobre o poder público, a efetividade de tais políticas inclusivas não se processava no meio social. Historicamente os primeiros anos de vigência do sistema republicano foram permeados por tentativas de implantação de políticas que tivessem como característica o rompimento com o modelo monárquico. Assim, na esfera educacional não foi diferente, pois

Com as mudanças ocorridas no início da República, a escola aos poucos se nutre de ideologia, abrindo-se à educação das massas. A Escola Nova era um movimento de vanguarda, inspirada em princípios bastante diferentes da escola tradicional, principalmente pelos aportes trazidos pela psicologia e sociologia.
(JÚNIOR, 2003, p. 28)

Nas colocações subsequentes de Júnior (2003), classifica-se o movimento Escola Nova como uma espécie de movimento direcionado a dar maior vitalidade ao sistema educacional. Uma das marcas desse tipo de movimento era o distanciamento do aspecto estático e a conseqüente tentativa de aproximação com a dinâmica das relações existentes no meio de vivência dos indivíduos frequentadores das instituições de ensino. Salienta-se que tal política educacional vinha de encontro com as diretrizes presentes na vertente sociológica e filosófica positivista⁴.

Em tese, o fim do regime monárquico significaria o fortalecimento de uma sistemática racionalista e menos centralizadora por parte do governo. Contudo, o afloramento de movimentos sociais e suas posteriores contestações à condução das políticas estatais republicanas foi sendo dificultado em considerável parte da primeira metade do século XX. Podemos também estender e adentrar nosso ponto de observação para os movimentos capitaneados por negros, pois:

⁴ Formulada pelo francês Auguste Comte (1798-1857), o modelo de pensamento positivista era enxergado como uma consequência das mudanças que estavam se processando no cenário econômico e social da Europa. Uma das principais bases analíticas do positivismo consistia no entendimento dos fenômenos - naturais ou com a interferência humana - através de sua observação e da conseqüente elaboração de modelos que fizessem demonstrar o caráter de imutabilidade que norteavam a ocorrência dos fenômenos em questão. Considerável parcela dos intelectuais brasileiros tomaram-se ávidos seguidores do pensamento positivista, a exemplo Benjamin Constant e Luís Pereira Barreto, sendo que o movimento republicano e a posterior Carta Magna de 1891 possuíam elementos característicos do positivismo.

Durante os anos 60 e 70, a ditadura militar suprimiu muitas formas de liberdade intelectual e atividade política, dificultando a organização dos movimentos sociais e, entre eles, do movimento negro. Isto não impediu, porém, que florescessem várias formas de resistência cultural negra, principalmente nos grandes centros urbanos. (HERINGER, 2004, P. 59)

Com isso, mudanças efetivas das diretrizes governamentais, no tocante às políticas públicas sociais e educacionais, passaram a se processar com maior ênfase a partir do final do regime ditatorial civil-militar (1964-1985). Posteriormente, a promulgação da Constituição Federal de 1988 veio conferir maior delimitação jurídico-normativa, propiciando no aumento da participação popular e dos movimentos sociais no sistema político-representativo.

3. COMPREENENDO CONCEITO, PRECONCEITO, DISCRIMINAÇÃO, RACISMO.

Racismo, discriminação e preconceito são termos que por serem utilizados, geralmente, nos mesmos contextos podem causar confusão. Por isso, é necessário estabelecer uma distinção conceitual que desfaça qualquer problema de entendimento a respeito do significado dos termos.

O preconceito, conforme (BRASIL, 2006), significa atitude desfavorável para com um grupo ou indivíduos que nele se inserem, baseada não em seus atributos reais, mas em ideias preconcebidas.

Preconceito é um pré-julgamento - literalmente, "pré-conceito" – trata-se de uma ideia formada antecipadamente e que não tem fundamento crítico ou lógico. O preconceito acontece por meio do julgamento ofensivo que se faz sobre as diferenças entre as pessoas. É algo do ser humano, ou seja, é resultado de uma bagagem cultural que o acompanha.

Os preconceitos mais comuns na sociedade são baseados na cor, sexo, religião, classe social e aparência física. Comumente, ao diferente incide-se a discriminação. Parte-se da ideia que o que é diferente não merece respeito. Esse tipo de atitude é muito prejudicial à sociedade, visto que gera ódio, brigas, desavenças, etc. O preconceito racial está relacionado com conceitos como homofobia, xenofobia, bullying racista, entre outros muito debatidos na atualidade. O preconceito passa a se tornar um problema na medida em que significados pejorativos são atribuídos a outros indivíduos ou grupos de forma generalizada, sendo associados a traços étnicos ou raciais.

O combate a esse tipo de preconceito deve ser travado por meio da educação que deve servir como parâmetro de compreensão da realidade e das diferenças, tendo sempre como objetivo a afirmação da igualdade de direitos e deveres que todos temos uns com os outros, independente de sexo, gênero, cor, orientação sexual, crença ou situação econômica.

Por outro lado, a discriminação é o ato de diferenciar, de tratar pessoas de modo diferente por diversos motivos. Também podemos dizer que discriminar significa por a parte ou separar. E ocorrem em vários contextos, tornando-se um fenômeno sociológico.

A discriminação acontece quando há uma atitude adversa perante uma característica específica e diferente. Uma pessoa pode ser discriminada por causa da sua raça, do seu gênero, orientação sexual, nacionalidade, religião, situação social, etc. Dessa forma:

A discriminação [...] é a materialização da crença racista em atitudes que efetivamente limitam ou impedem o desenvolvimento humano pleno das pessoas pertencentes ao grupo discriminado e mantêm os privilégios dos membros do grupo discriminador à custa do prejuízo dos participantes do grupo discriminado (SILVA, 2001, p 75).

Uma atitude discriminatória resulta na destruição ou comprometimento dos direitos fundamentais do ser humano, prejudicando um indivíduo no seu contexto social, cultural, político ou econômico.

No tocante ao racismo, este se revela sob diversos aspectos, com diferentes conceitos que podem vir associados às raças, às etnias ou às características físicas. A semelhança, no entanto, está na dor de quem já sofreu na pele algum tipo de discriminação. No Brasil, o preconceito e discriminação contra negros é o mais evidente, pois:

[...] o racismo é uma ilusão de superioridade. O racista se acha superior àquele a quem se compara: ele nasceu pra mandar e o outro, visto como inferior a ele, para obedecer. O racismo, então, é antes de tudo é uma expressão de desprezo por uma pessoa. Às vezes não por causa de suas características, mas por aquela pessoa pertencer a outro grupo (LOPES, 2007, p. 19-20).

O fato é que ele existe e se mostra cada vez mais presente em nossa sociedade. E é caracterizado pela opressão de uma etnia com mais “poder” sobre outra. Ou seja, é um sistema de opressão, e é necessário existir um oprimido e um opressor, caracterizando uma relação de poder. Por isso que, quando nos deparamos com o termo “racismo”, a primeira coisa que vem à mente é o tipo de racismo cometido contra a população negra.

O racismo é uma forma de preconceito ou discriminação motivada pela cor da pele ou origem étnica. Pensando na extensão dos conceitos, o racismo está dentro dos conjuntos “preconceito” e “discriminação”.

3.1. O Preconceito Racial no âmbito educacional

Vivemos num país onde a herança do preconceito racial é muito presente. Apesar de haver certa negação ou omissão do problema, O Brasil está muito longe de ser um país onde todos sejam iguais. As marcas dessa herança cultural estão muitas vezes implícitas no espaço educacional.

O acesso à Educação de qualidade é um direito de todos os brasileiros, mas, na prática, sabemos que isso não acontece. Após 130 anos da abolição da escravidão no Brasil, a

desigualdade racial ainda persiste na nossa sociedade e, portanto, também dentro da escola pública.

Pesquisar determinado assunto é essencial para compreender como acontecem as relações raciais no interior da escola, visto que este espaço é o lugar específico de relações sociais que estruturam, e marcam o processo de socialização da criança, pois é lá que a mesma irá se relacionar com crianças de diferentes famílias, o que favorece a construção da sua identidade. Por isso faz-se necessário ampliar a compreensão do tema para então problematizar um campo do currículo escolar que privilegie um descolamento do olhar sobre os negros na nossa história e cultura.

Mudar mentalidades, superar o preconceito e combater atitudes discriminatórias são finalidades que envolvem lidar com valores de reconhecimento e respeito mútuo, o que é tarefa para a sociedade como um todo. A escola tem um papel crucial a desempenhar nesse processo. Em primeiro lugar, porque é o espaço em que pode se dar a convivência entre crianças de origens e nível socioeconômico diferentes, com costumes e dogmas religiosos diferentes daqueles que cada uma conhece, com visões de mundo diversas daquela que compartilha em família. Em segundo, porque é um dos lugares onde são ensinadas as regras do espaço público para o convívio democrático com a diferença. Em terceiro lugar, porque a escola apresenta à criança conhecimentos sistematizados sobre o País e o mundo, e aí a realidade plural de um país como o Brasil fornece subsídios para debates e discussões em torno de questões sociais. A criança na escola convive com a diversidade e poderá aprender com ela. (BRASIL, 2001, p.21)

Na Educação existe uma grande importância em levar em conta a singularidade de cada criança, no entanto, se as crianças forem consideradas todas como iguais, pressupõe-se a constituição de uma espécie de padrão de criança desejada. Cabe ressaltar que é imprescindível que os educandos consigam identificar-se, reconhecer-se no espaço escolar. No entanto, a questão do preconceito racial deve ser trabalhada no dia-a-dia da escola, promovendo uma educação atenta a diversidade cultural e racial. Mas, a escola apresenta certa dificuldade em lidar com a pluralidade e a diferença. Dessa forma:

Tende a silenciá-las e neutralizá-las. Sente-se mais confortável com a homogeneização e a padronização. No entanto, abrir espaços para a diversidade, a diferença, e para o cruzamento de culturas constitui o grande desafio que está chamada a enfrentar. (MOREIRA; CANDAU, 2005, p. 45).

Primeiramente, é preciso entender que a exclusão escolar é o início da exclusão social das crianças negras. E na tentativa de discutir e reavaliar esses conceitos, que nos últimos tempos vem-se percebendo certa movimentação por parte de alguns setores da sociedade brasileira no sentido de introduzir nos currículos escolares uma educação inclusiva e plural. O instrumento de

maior vigor para que isso ocorra é a Lei 10.639/03. Promulgada em janeiro de 2003. Essa lei tornou-se obrigatória à inclusão de conteúdos relacionados a História e cultura africana e afro-brasileira nos currículos do ensino fundamental e médio, tornando-se mais um mecanismo de promoção de igualdade.

A obrigatoriedade de inclusão de História e Cultura Afro-brasileira e Africana nos currículos da educação Básica trata-se de decisão política, com fortes repercussões pedagógicas, inclusive na formação de professores. Com esta medida, reconhecesse que, além de garantir vagas para negros nos bancos escolares, é preciso valorizar devidamente a história e cultura de seu povo, buscando reparar danos, que se repetem há cinco séculos, à sua identidade e a seus direitos [...]. (BRASIL, 2004, p. 17).

Sabe-se que a Educação é um direito social. E colocá-la como direito é garantir espaço à diferença e enfrentar o desafio de implementar políticas públicas e práticas pedagógicas que superem as desigualdades sociais e raciais. Para que isso ocorra, essa questão precisa ser levada a sério por educadores no ambiente escolar.

Sendo assim, para que o devido combate ao preconceito racial aconteça, é fundamental que se torne acessível a população negra uma educação de qualidade, já que a educação é considerada a base do processo de inclusão social. É por meio dela que ocorre a modificação da sociedade, que se toma consciência das desigualdades, da exclusão social, e sem dúvida, da promoção e acesso a cidadania e a dignidade humana. Entretanto, mesmo com a ocorrência de ações institucionais em favor do acesso a educação, ainda é pequena a parcela de negros nas escolas e menos ainda nas universidades.

Para os PCNs (2001), o grande desafio não é a questão legislativa, mas sim a criação de uma escola que mude a mentalidade das pessoas, já que nela convivem alunos de origens, crenças, culturas e níveis econômicos diferentes.

Por isso faz-se necessário o acesso a uma educação de qualidade e igualitária, com o reconhecimento e valorização das diferentes raças e culturas, sendo um passo importante neste caminho de superação das desigualdades entre negros e brancos, com o oferecimento de oportunidades para toda a população.

3.2. Práticas Pedagógicas Antirracistas

Sabe-se que é no ambiente escolar que as crianças podem construir suas identidades individuais e de grupos e reconhecer a importância do respeito a sua cultura e a do outro e, nesse

momento, que do educador torna-se elemento principal para a mediação e esclarecimento dos educandos, mostrando as diferenças existentes, que elas são saldáveis e devem existir, e mais, mostrar que esse, talvez seja o caminho para uma educação de qualidade.

Para que isso ocorra é necessário que os professores percebam as diferenças existentes nos resultados entre crianças negras e brancas na sala de aula. Os despreparos destes professores podem instruir um campo de produtividade para que o preconceito racial sofra inconstância do âmbito educacional.

O professorado, em geral, não percebe as graves diferenças existentes nos resultados escolares de crianças negras e brancas. Não estabelece relações entre raça/etnia, gênero e desempenho escolar, e não percebe também como essa não percepção interfere na sua própria conduta. Entretanto, sabe-se que as representações determinam as relações, os comportamentos, as expectativas e as interações sociais. Assim, o despreparo constitui campo fértil para que o racismo se perpetue e a discriminação racial sofra mutações próprias do ambiente escolar. (SILVA, 2001, p. 66-67).

E para que os educadores possam interferir no cotidiano escolar, é essencial que os mesmos possam compreender melhor a cultura brasileira, para que assim contribuam na formação de pessoas críticas e reflexivas, respeitando e explorando as diferenças, se negando transforma-las em desigualdades.

As práticas pedagógicas antirracistas precisam ser desenvolvidas e incluídas na sala de aula, e voltadas ao combate ao preconceito racial, havendo uma revisão dos valores e conceitos discriminatórios enraizados na sociedade, com o planejamento de ações efetivas que busquem, coletivamente, refletir e enfrentar o racismo.

Na Educação Infantil, torna-se necessário a inclusão dessas práticas, sendo indispensável que instituições e educadores desta modalidade escolar reconheçam o seu papel e função social de atender às necessidades das crianças constituindo-se um espaço de socialização, de convivência, como espaços de educar e cuidar, que permita às crianças explorar o mundo, novas vivências e experiências, ter acesso a diversos materiais como livros, brinquedos, jogos, momentos lúdicos, permitindo uma inserção e uma interação com o mundo e com as pessoas presentes nessa socialização de forma ampla e formadora.

A inclusão dessas práticas pedagógicas antirracistas podem ajudar as crianças a compreender a singularidade de cada uma em seus aspectos corporais, culturais, étnico-raciais. Ensinado as mesmas a valorizar sua cultura, seu jeito de ser, sua cor, seu cabelo, valorizando socialmente a cultura de todos, sem prejudicar a autoestima das crianças. De acordo com Gomes:

No Brasil foi construído ao longo da história, um sistema classificatório relacionado com as cores das pessoas. O cabelo, transformado pela cultura como sinal mais evidente da diferença racial (...) nesse processo, as cores “branca” e “preta” são tomadas como representantes de uma divisão fundamental do valor humano – “superioridade”/ “inferioridade” (GOMES, 2003, p.148).

Os educadores precisam está atentos a estes estereótipos de inferioridade e superioridade, onde as crianças se sentem muitas vezes obrigadas a se encaixarem em padrões impostos pela sociedade. As crianças que passam por determinadas situações estão sujeitas a passarem por muitos conflitos podendo comprometer sua socialização e aprendizagem.

Vivemos num país com grande diversidade racial e podemos observar que existem muitas lacunas nos Ensinos Escolares. Para mudar esse paradigma é necessário colocar em uso as práticas, que podem ser exteriorizadas na forma de: oferecer interações da criança negra com o meio social; contribuir para a construção de conhecimentos da criança negra; possibilitar o conhecimento respeitoso das diferenças étnico-raciais, valorizando a igualdade e relações sociais mais harmônicas; usar a vida cotidiana, os costumes, as tradições, a cultura dos educandos como suporte para seu aprendizado; utilização de conteúdo escolar como instrumento positivo para a realidade do aluno. Os elementos apontados podem ser usados pelos profissionais da educação, e inseridos no cotidiano escolar. Devemos ter em consideração que:

Aprender essa diversidade, compreender e enfrentá-la parecem ser um receio da pedagogia e da educação escolar. Por quê? Porque nós, professores, ainda somos formados, como profissionais, para lidar com a uniformidade e homogeneidade. Essa pedagogia da homogeneidade esconde-se atrás do discurso da igualdade, o que sempre encontrou grande aceitação entre os docentes, de todos os segmentos: progressistas, conservadores, de diferentes crenças e posições ideológicas. (GOMES, 2006, p. 29).

Sendo assim, os processos pedagógicos devem sempre reverenciar o princípio da integração, reconhecendo a importância de se conviver e aprender com as diferenças, promovendo atividades em que as trocas sejam privilegiadas e estimuladas, privilegiando o trabalho em grupo, respeitando a singularidade individual, e rompendo com a visão compartimentada dos conteúdos escolares.

4. METODOLOGIA

4.1. Método

Aqui expomos as etapas referente à coleta de dados. Em primeiro momento, coletamos os dados de uma determinada instituição de ensino, para melhor eficiência da pesquisa. Em seguida, aplicamos questionários com alguns professores da escola, com o objetivo de saber se acontece o preconceito racial nas salas de aula, e quais as práticas antirracistas usadas por determinados professores.

A metodologia utilizada na pesquisa é de natureza qualitativa. Minayo (2008) refere-se que esse tipo de pesquisa:

Trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes. (MINAYO, 2008, p.21).

Esse tipo de pesquisa é aplicado quando um tipo de investigação é voltada para os aspectos qualitativos de uma determinada questão, ou seja, quando ela é capaz de identificar e analisar dados que não podem ser mensurados numericamente, contendo caráter exploratório. Costuma ser realizada quando o objetivo do estudo é entender o porquê de determinados comportamentos. Além disso, descreve o fenômeno, analisa a dificuldade do objeto de estudo, apresenta dados e revê, de forma crítica, as teorias sobre o tema.

A pesquisa qualitativa atinge caminhos diversos, como pesquisa de campo, estudo de caso, pesquisa etnográfica, etc. Diante disso, foram utilizadas neste trabalho dois procedimentos que irão ser descritos a seguir.

A pesquisa de campo é uma etapa de suma importância, pois é responsável por extrair dados e informações diretamente da realidade do objeto de estudo.

Segundo Gonçalves (2001):

A pesquisa de campo é o tipo de pesquisa que pretende buscar a informação diretamente com a população pesquisada. Ela exige do pesquisador um encontro mais direto. Nesse caso, o pesquisador precisa ir ao espaço onde o fenômeno ocorre, ou ocorreu e reunir um conjunto de informações a serem documentadas [...] (GONÇALVES, 2001, p.67)

Ela também define os objetivos e hipóteses da pesquisa, assim como define a melhor forma para coletar os dados necessários, como o uso de entrevistas ou questionários avaliativos, que darão respostas para a situação ou problema abordado na pesquisa. É relevante destacar que este tipo de estudo, de acordo com Gil (2002), procura analisar apenas um único grupo ou comunidade, por entender a importância da interação entre seus componentes, isto é, entre pesquisador e o objeto pesquisado.

No entanto, a pesquisa de campo tem grande aplicabilidade e importância para a produção de um bom trabalho acadêmico, pois ela surge como uma forma de levantar e analisar dados que vão contribuir de maneira decisiva da pesquisa.

O estudo de caso visa analisar um tema observado na realidade e explicar como e porque ele ocorre, identificando os fatores que contribuem para que o tema em questão se materialize. Podemos conceitua-lo como sendo um estudo amplo e exaustivo, de apenas um ou poucos objetos. O caso consiste geralmente no estudo aprofundado de uma unidade individual. Conforme Yin (2001) o estudo de caso é uma estratégia de pesquisa que compreende um método que abrange tudo em abordagens específicas de coletas e análise de dados.

O objetivo de um estudo de caso é servir de base e referência para estudo e investigações de outras pessoas sobre a mesma temática. É uma investigação que se assume tratar sobre uma situação específica, procurando encontrar as características e o que há de essencial nela.

A presente pesquisa tem o intuito de analisar se determinados professores utilizam práticas antirracistas na sala de aula, com a finalidade de saber como essas práticas são utilizadas e como pode ajudar na construção identitária da criança negra, na perspectiva de mostrar uma nova visão sobre o trabalho pedagógico voltado para a diversidade racial na formação do sujeito, e fazer com que os docentes disponham dessas práticas para que possam ver como ponto de partida a valorização da diversidade racial no âmbito escolar.

4.2. Caracterização dos sujeitos e do campo de pesquisa

A instituição de ensino analisada neste estudo foi uma Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental (O Nome verdadeiro da escola foi ocultado para resguardar o anonimato do local de pesquisa), localizada no Distrito de Canafístula, na cidade de Alagoa Grande/PB.

A escola dispõe de 6 (seis) salas de aula, 1 (uma) sala de AEE (todas possuem ar condicionado), 1 (uma) sala de direção, 1 (um) banheiro para professores, 2 (dois) banheiros para os discentes 1 (um) feminino e 1 (um) masculino, 1(um) pátio de atividades recreativas e eventos da escola, e 1 (uma) cozinha.

A instituição atende um público de 236 alunos, distribuídos nos turnos manhã e tarde. A escola conta com 22 (vinte e dois) funcionários, sendo 4 (quatro) auxiliares de serviços gerais, 2 (dois) cuidadores, 1 (uma) gestora, 2 (duas) merendeiras, e 11 (onze) professores.

Sendo assim, a população alvo desta pesquisa é formada por professoras desta escola pública, da qual foram escolhidas alguns para realização desta investigação. As professoras que participaram são todas do sexo feminino, e têm de 40 a 46 anos de idade e por sua maioria são casadas, tendo uma média de 1(um) a 2 (dois) filhos. As mesmas possuem formação em pedagogia e concluíram o curso entre 10 (dez) a 15 (anos). Todas possuem pós-graduação e estão inseridas em sala de aula entre 13 (treze) e 30 (trinta) anos. E na instituição estão inseridas entre 5 (cinco) e 20 (vinte) anos.

As crianças atendidas pela instituição são de uma faixa etária de 5 (cinco) a 10 (anos) de idade e devem está matriculadas na escola regular para que frequentem a instituição. As turmas atendidas são de pré 1 ao 5º ano.

4.3. Procedimentos

Neste item apresentamos as etapas referentes à coleta de dados. Os dados coletados pela pesquisadora para efetivação da investigação ocorreram no mês de maio de 2019.

Num primeiro momento, ocorreu um contato prévio com a escola campo, onde a pesquisadora se apresentou e mencionou os objetivos de sua investigação. Nesse momento foi estabelecido à volta para a observação do ambiente escolar, e para a entrega dos questionários.

Coletamos os dados da instituição de ensino, para melhor eficiência da pesquisa. Em seguida, aplicamos questionários com algumas professoras da escola, e a partir da coleta destes questionários, foram definidas as datas e horários, em consonância com a vontade das próprias educadoras e de acordo com sua disponibilidade. Desta forma, cinco professoras do turno da tarde responderam as questões, com o norte principal de detecção da ocorrência do preconceito racial nas salas de aula, e quais as práticas antirracistas usadas por determinadas professoras.

O processo de observação processou-se de forma natural nos momentos de contato com a escola, onde foram observados os espaços físicos, sendo importante salientar que a pesquisadora não teve acesso ao Projeto Político Pedagógico da escola, por razões que a gestora preferiu não explicar.

4.4. Análise dos dados

Como se observa no quadro foram entrevistadas quatro professoras. Para manter sigilo das mesmas, elas estão identificadas como P1, P2, P3 e P4.

QUADRO 1– Perfil dos entrevistados:

| PROFº | SEXO | IDADE | ESTADO CIVIL | ONDE RESIDE | FORMAÇÃO | TEMPO | |
|-------|----------|-------|--------------|---------------|-----------|------------------------|--------------------------|
| | | | | | | DE ATUAÇÃO NA DOCÊNCIA | DE TRABALHO NESTA ESCOLA |
| P1 | Feminino | 40 | Casada | Alagoa Grande | Pedagogia | 20 anos | 7 anos |
| P2 | Feminino | 45 | Casada | Alagoinha | Pedagogia | 19 anos | 5 anos |
| P3 | Feminino | 46 | Casada | Alagoinha | Pedagogia | 30 anos | 20 anos |
| P4 | Feminino | 43 | Casada | Alagoa Grande | Pedagogia | 13 anos | 13 anos |

Fonte: Elaborada pelo autor, 2019.

As Professoras que participaram são todas do sexo feminino, e têm de 40 a 46 anos de idade e por sua maioria são casadas tendo de 1 (um) a 2 (dois) filhos. Residem nas cidades de Alagoa Grande e Alagoinha. As mesmas possuem formação em pedagogia e concluíram o curso entre 10

(dez) a 15 (anos). Estão inseridas em sala de aula entre 13 (treze) e 30 (trinta) anos. E na instituição estão inseridas entre 5 (cinco) a 20 (vinte) anos.

O quadro a seguir tem por finalidade indagar as educadoras a respeito da observação de atitudes de cunho racista, ocorridas em sala de aula.

QUADRO 2 - Atitude racista na sala de aula:

| PROFESSOR | JÁ PRESENCIOU ALGUMA ATITUDE RACISTA NA SALA DE AULA? SE SIM QUAL FOI O POSICIONAMENTO? |
|------------------|--|
| P1 | Sim. No momento em que aconteceu conversei sobre o corrido. |
| P2 | Sim. Eduquei para tal atitude não voltar acontecer. |
| P3 | Sim. Várias vezes. Sempre procuro mostrar que há uma beleza na diferença, utilizando contos africanos e filmes infantis como o Kiriku e a Feiticeira. |
| P4 | Sim. Já presenciei atitudes e xingamentos de crianças em relação a cor do colega. Nessas ocasiões expliquei que todos nós somos seres humanos, que de acordo com a lei temos direitos e deveres iguais. Temos características uns dos outros e essas e essas características precisam ser respeitadas. A cor da pessoa não pode ser considerada superior a do outro. Que o agressor estava cometendo um erro ao querer que o colega tivesse as mesmas características físicas que a sua. Levei o mesmo a refletir sobre o seu comportamento, se colocar no lugar do outro e como ao ser humilhado por uma de suas características. |

Fonte: Elaborada pelo autor, 2019.

Torna-se perceptível, diante das respostas do QUADRO 2, que as quatro professoras já presenciaram atitudes racistas na sala de aula. Podemos observar que esse tipo de atitude é bastante frequente no âmbito educacional. As professoras P1 e P2 conversaram e educaram com seus alunos para a atitude não voltar a acontecer. Já a P3 afirma que presenciou o racismo entre os alunos várias vezes, mas tentou mostrar a beleza da diversidade, e disponibilizou de ferramentas como filmes como *Kiriku e a Feiticeira*. A P4 fez uma explicação acerca do assunto e levou o aluno a refletir sobre sua atitude.

Dessa forma, observa-se que todas tiveram um posicionamento diante de tal atitude, fato que deve acontecer frequentemente nas salas de aula, para assim gerar um melhor relacionamento entre os alunos, contribuindo positivamente para uma educação que inclua a diversidade racial.

Na infância, as práticas racistas podem deixar sequelas muitas vezes difíceis de serem sanadas. Conseguir clarear esses conflitos étnicos e tentar encontrar soluções concretas que combatam o racismo, principalmente no âmbito escolar, é algo que muitos educadores precisam almejar. Diante desses conflitos o “silêncio” revela conivência com tais procedimentos (CAVALLEIRO, 2001, p.153). Portanto cabe aos professores buscar uma educação antirracista e reconhecer a existência de atitudes discriminatórias na escola e dar atenção quando essas atitudes ocorrerem.

Em seguida, teremos a exposição de quadro contendo questionamentos acerca do conhecimento do dispositivo normativo (Lei 10.639/03) e o seu teor.

QUADRO 3 – Conhecimento da lei 10.639/03:

| PROFESSOR | CONHECE A LEI 10.639/03? SE SIM, O QUE VOCÊ SABE SOBRE ELA? |
|------------------|---|
| P1 | Sim. A lei torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas. |
| P2 | Sim. A lei torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira nas escolas. |
| P3 | Sim. Que torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira em todas as escolas, seja ela pública ou particular. |
| P4 | Sim. A lei que torna obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira nos currículos escolares, a fim de que os alunos possam conhecer e valorizar a cultura afrodescendente. |

Fonte: Elaborada pelo autor, 2019.

Diante do QUADRO 3, se tratando do conhecimento da Lei 10,639/03 (BRASIL, 2003), nota-se que todas as participantes da pesquisa têm conhecimento da mesma. Um ponto positivo, pois se sabe que a implementação desta Lei não cabe somente no currículo oficial da rede de

ensino do nosso país, mas também deve ser colocada em prática por parte do corpo docente e todo corpo escolar. Cabe aos professores, ao tratar a História da África e da presença negra no Brasil, partirem para a construção e realização de abordagens positivas.

Além de visar o combate ao preconceito racial no Âmbito educacional, torna-se evidente que o objetivo 10,639/03 (BRASIL, 2003) é assegurar o direito a igualdade, de modo que a comunidade escolar e os alunos sintam-se confortáveis e aceitos diante da sociedade. Desse modo:

O sucesso das políticas públicas de Estado, institucionais e pedagógicas, visando a reparações, reconhecimento e valorização da identidade, da cultura e da história dos negros depende necessariamente de condições físicas, materiais, intelectuais e afetivas favoráveis para o ensino e para aprendizagens; em outras palavras, todos os alunos negros e não negros, bem como seus professores, precisam sentir-se valorizados e apoiados. (BRASIL, 2006)

Portanto, apesar de grandes lacunas educacionais diante da Lei 10,639/03 (BRASIL, 2003), torna-se necessário o conhecimento da mesma por parte dos professores, para que haja um ensino de qualidade envolvendo diversas raças de forma igualitária.

Na sequência, direcionaremos nossa atenção ao quadro, versando questionamentos que tratam sobre atividades envolvendo a temática da diversidade racial e a forma como se processou sua aplicação em sala.

QUADRO 4 - Diversidade racial na sala de aula:

| PROFESSOR | QUAL A IMPORTÂNCIA DE TRABALHAR A DIVERSIDADE RACIAL NA SALA DE AULA? VOCÊ JÁ TRABALHOU NA SALA DE AULA? O QUE FEZ? |
|------------------|---|
| P1 | É importante trabalhar, pois somos seres com costumes diferentes e temos que respeitar as diferenças, sejam elas quais forem. |
| P2 | Já. Com textos, vídeos. |
| P3 | Para mim é importante trabalhar a diversidade racial na sala de aula, porque a escola é um lugar de formação de caráter e aprendizado, dando oportunidade de combater preconceitos. Costumo trabalhar mostrando a beleza da cultura africana. |
| P4 | Trabalhar a diversidade racial em sala de aula é um meio de levar as crianças a compreender e reconhecer o valor, a importância de todas as pessoas de diferentes cores e |

| | |
|--|---|
| | raças. Em sala de aula apresento, desenvolvo projetos, sequências didáticas envolvendo este tema com atividades como textos, conversa informal, vídeos, pinturas, e outros. |
|--|---|

Fonte: Elaborada pelo autor, 2019.

Com base no QUADRO 4, é notório que as participantes da pesquisa consideram de suma importância trabalhar a diversidade racial na sala de aula. A professora P1 afirma a importância e que é preciso respeitar as diferenças. A P2 diz que costuma trabalhar com textos, vídeos relacionados a diversidade. A P3 afirma que escola é um lugar de formação de caráter e aprendizado, e que é preciso dar oportunidade de combater preconceitos, que busca trabalhar mostrando a beleza da cultura africana. Já a P4 prefere apresentar, desenvolver projetos, sequências didáticas envolvendo este tema com atividades como textos, conversa informal, vídeos, pinturas.

Ao analisar as práticas das participantes, foi possível observar que a P1 tem consciência da importância de desenvolver esse trabalho, mas não costuma trabalhar com práticas antirracistas. As demais costumam utilizar essas práticas, mas de diversas maneiras. Faz-se necessário que os docentes tenham conhecimento da utilização e importância dessas metodologias. Esses recursos pedagógicos podem possibilitar a abordagem sistematizada da diversidade étnico-racial na escola. Dessa forma, o docente estará contribuindo para a superação do preconceito racial na escola.

Nesse sentido, Scriptori e Junior (2010) contribui em elucidar sobre a resiliência enquanto ferramenta educacional, com o qual a atitude do professor favorece a superação dos traumas sofridos pelo aluno, pois quando o professor demonstra ao aluno que acredita na capacidade dele, sempre o estimula a superar seus obstáculos e persistir no aproveitamento das oportunidades, oferecendo-o apoio, afeto e conhecimentos.

Abaixo, encontraremos a exposição de quadro com perguntas destinadas a questão das estratégias pedagógicas atinentes à temática de diversidade racial.

QUADRO 5- Estratégias de atuação direcionadas à promoção da diversidade racial, na busca pela efetividade em contemplar o alunado:

| PROFESSOR | A ESCOLA PROMOVE ALGUMA FERRAMENTA OU PROJETO PARA QUE O TRABALHO PEDAGÓGICO SOBRE A DIVERSIDADE RACIAL SE TORNE MAIS EFICIENTE? |
|------------------|--|
| P1 | Sim. Sempre trabalhamos projetos que abordem o tema. |
| P2 | Sim. |
| P3 | Sim. A escola desenvolve projetos dessa natureza sempre finalizando com palestras onde toda a comunidade escolar é envolvida. |
| P4 | A escola promove projetos sobre a diversidade racial, principalmente no período em que se comemora o dia da consciência negra. Mas ainda é um trabalho que precisa melhorar e se aprofundar nesta questão. |

Fonte: Elaborada pelo autor, 2019.

Analisando as repostas do QUADRO 5, observa-se que todas as professoras afirmam que a escola campo pesquisada promove ferramentas e projetos que favoreça o trabalho com a diversidade racial. Mas numa fala da P4 ela afirma que esses projetos são utilizados no dia da consciência negra, e que é necessário melhorar e se aprofundar nesta questão.

Mas, a escola apresenta certa dificuldade em lidar com a pluralidade e a diferença. Tende a silenciá-las e neutralizá-las. Sente-se mais confortável com a homogeneização e a padronização. No entanto, abrir espaços para a diversidade, a diferença, e para o cruzamento de culturas constitui o grande desafio que está chamada a enfrentar. (MOREIRA; CANDAU, 2005, p. 45).

Percebemos que para que o combate ao preconceito racial aconteça, não é tarefa só dos professores, mas sim de toda a escola. Congrega todas as disciplinas, não apenas como um projeto, setorizado em datas comemorativas, mas sim em todo o decorrer do ano letivo. Torna-se necessário que as instituições de ensino disponibilizem todo apoio e ferramentas, possibilitando o trabalho pedagógico voltado para uma educação de qualidade, e principalmente igualitária para todos sem distinção de raças.

Destinar-se-á o quadro, que será apresentado logo abaixo, aos questionamentos sobre posturas que gravitem em torno de práticas correlatas à diversidade racial, e a consequente construção de identidade.

QUADRO 6- Indagação acerca das práticas atinentes à promoção da diversidade racial e sua contribuição no processo de construção de identidades:

| Professora | Como professor (a) você acredita que através de práticas que envolva a diversidade racial, possa ajudar as crianças negras a construir sua identidade? |
|-------------------|---|
| P1 | Sim. Pois precisamos mostrar que todos são importantes. |
| P2 | Sim. |
| P3 | Com certeza! Muitas vezes a própria criança negra não se aceita e não consegue ver a beleza de suas raízes africanas. |
| P4 | Sim. Práticas que envolvam a diversidade racial é uma solução para a valorização e o respeito de todas as raças. A criança negra será capaz de vencer o sentimento de injustiça, timidez, reconhecer o seu valor e encontrar o seu espaço na sociedade. |

Fonte: Elaborada pelo autor, 2019.

A partir da análise do QUADRO 6, observa-se diante das respostas, que todas as participantes acreditam que através de práticas que envolvam a diversidade racial, possam ajudar as crianças negras a construir sua identidade.

As crianças negras quando entram na idade escolar encontram um agravante que impede seu pleno desenvolvimento intelectual e emocional logo que chegam à sala de aula. Muitas se deparam com humilhações, exclusão, perseguição, e acabam sendo estigmatizadas por colegas de sala de aula. Assim, consideramos que:

Se é verdade que políticas de promoção da igualdade racial podem diminuir as taxas de desigualdades entre negros e brancos, atacando a discriminação, não podemos esquecer que é preciso atacar com a mesma intensidade a raiz do problema, isto é, o racismo e o preconceito. Neste campo, não será demais lembrar que apenas a educação pode mudar valores, contribuindo para a valorização da diversidade e a construção de um senso de respeito recíproco entre os grupos que conformam esta rica geografia de identidades culturais denominada Brasil. (WERTHEIN, 2002, p. 10).

No entanto, essas práticas devem estar disponibilizadas por todo corpo escolar, abrangendo-se na forma de acesso, por parte das crianças, a uma educação de qualidade, promovendo o seu bem-estar, em consonância com a finalidade de educá-las para a vida e a fim de terem a oportunidade de desenvolver suas potencialidades de forma integral, nos aspectos sociais, intelectuais e, emocionais, contribuindo na construção indenitária das mesmas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No cenário brasileiro o preconceito racial pode ser analisado como decorrente de uma construção histórico-social, gestado desde os primeiros momentos do processo de colonização. Trata-se de uma situação que foi sendo constituída paralelamente à introdução, em escala gradativa, das diferentes levas de escravos provenientes do continente africano.

Ao tratamento desumano conferido ao escravo negro – nesse sentido nos reportamos ao seu status de propriedade do senhor, de um bem pertencente ao seu patrimônio –, seguiram-se séculos de opressão e maus-tratos, sendo estes braços imprescindíveis para a devida movimentação da engrenagem econômica.

Situações de resistência negra ao domínio e arbitrariedade dos senhores são conhecidas e relatadas nas fontes históricas que versam sobre essa temática, mas perdurava a continuidade da institucionalização da prática escravagista.

Com o transcurso do tempo, cedendo à pressão internacional, capitaneada pelo poderoso império britânico, não restou alternativa à monarquia a não ser a decretação da abolição da escravatura. Nesse sentido, tivemos um processo emancipatório que ficou marcado pela inexistência de qualquer política de inserção social do grande contingente de escravos libertos, o que necessariamente contribuiu para o inchamento dos subúrbios e no aumento dos índices de violência.

À derrocada da monarquia, o governo republicano - que em tese se propunha a instaurar um regime que cessaria os privilégios e regalias típicos da monarquia deposta – atuou significativamente para o aumento do abismo e da segregação social entre brancos e negros. As políticas oficiais norteadas pela teoria da eugenia se mostraram eficazes nesse sentido; perseguições e arbitrariedades foram cometidas e perpetradas pelos agentes estatais contra a população negra.

Podemos ter em consideração que parte do ordenamento das relações sociais é condicionada ao processo de construção histórica; sendo o preconceito racial uma vertente a ser incluída nessa dinâmica.

Podemos perceber que sistema educacional encontra-se sensível ao que vem sendo emitido pela sociedade, através da cultura de massa, dos costumes e das relações cotidianas.

Nessa conjuntura, a escola acaba se tornando espaço para a manifestação de situações dessa natureza.

Analisar a situação de uma determinada instituição de ensino – com base na aplicação de questionários direcionados ao corpo docente – tornou-se uma função relevante para a detecção de questões atinentes a nossa seara de estudo.

Dessa forma, a proposição de estratégias e métodos pedagógicos antirracistas destaca-se como necessária, como instrumento de percepção e intervenção, objetivando o trabalho cotidiano com temáticas que versem sobre a valorização da cultura e identidade negra.

6. REFERÊNCIAS

BRASIL. **Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-raciais**. Brasília: Secad, 2006, p.215-17.

_____. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações etnicorraciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana**. Brasília, Outubro, 2004.

_____. **Parâmetros Curriculares Nacionais; Pluralidade Cultural e Orientação Sexual**. Ministério da Educação; 2001.

_____. **Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-Raciais**. Brasília: SECAD, 2006.

CAVALLEIRO, Eliane. **Educação anti-racista: compromisso indispensável para um mundo melhor**. In: Racismo e anti-racismo – repensando nossa escola / Eliane Cavalleiro (orgs.) São Paulo: Summus, 2001.

GOMES, Nilma Lino. **Diversidade cultural, currículo e questão racial: desafios para a prática pedagógica**. In: ABRAMOWICZ, Anete; BARBOSA, Lúcia Maria A.; SILVÉRIO, Valter Roberto. (Org.). Educação como prática da diferença. Campinas: Armazém do Ipê (Autores Associados), 2006.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GONSALVES, E.P. **Iniciação à pesquisa científica**. Campinas, SP: Alínea, 2001.

HERINGER, Rosana. **Desigualdades raciais no Brasil: síntese de indicadores e desafios no campo das políticas públicas**. In: Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, pp. 57-65, 2002.

JÚNIOR, Francisco Gilson Rebouças Porto. **Educação na Primeira República (1889-1930)**. In: APRENDER – Caderno de Filosofia e Psicologia da Educação, Vitória da Conquista, Ano I, n. 1, p. 23-32, 2003.

LOPES, Nei; **O Racismo explicado aos meus filhos**. Rio de Janeiro; Agir; 2007.

MACEDO, Ana Márcia Ribeiro de Miranda. **O Racismo no ambiente escolar: Como enfrentar esse desafio?** Tocantins: Revista Porto das Letras, vol02, N°01, 2016.

MOREIRA, Antonio Flavio Barbosa; CANDAU, Vera Maria. **Educação escolar e cultura(s): construindo caminhos.** In: FÁVERO, Osmar; IRELAND, Timothy Denis (coords.). Educação como exercício de diversidade. Brasília: UNESCO, MEC, ANPEd, 2005. 476 p. (Coleção Educação para Todos).

MINAYO, Glória Cecília de Sousa. **O desafio da pesquisa social.** In: Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. 27.Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

PASSOS, Joana Célia dos. **As desigualdades educacionais, a população negra e a Educação de Jovens e Adultos.** In: Juventude Negra na EJA: os desafios de uma política pública (Tese), 2010.

SILVA, P. V. B. **Racismo em livros didáticos: estudo sobre negros e brancos em livros de língua portuguesa.** Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

SILVA, Maria Aparecida da. **Formação de educadores/as para o combate ao racismo: mais uma tarefa essencial.** In: CAVALLEIRO, Eliane (org). **Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola.** São Paulo: Selo Negro, 2001.

SILVA, Thiago Dantas da – SANTOS, Maíra Rodrigues dos. **A Abolição e a manutenção das injustiças: a luta dos negros na Primeira República brasileira.** In: Cadernos Imbondeiro. João Pessoa, v. 2, n.1, 2012.

SOUZA, Anderson Antonio de. **Negros e Mulatos no Brasil: uma trajetória contínua de desigualdade social.** Universidade Federal de Juiz de Fora - MG, 2016.

SCRIPTORI, C. C.; JUNIOR, J, F, B. **Discriminação e preconceito como fatores de violência e atitudes docentes como fator de promoção de resiliência na escola.** Educação, Santa Maria, v. 35, n. 3, p. 431-448, set./dez. 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/2353/1421>>. Acesso em: 22 de Maio de 2019.

WERTHEIN, Jorge. Apresentação, p. 10. In: SILVA JR., Hédio. **Discriminação racial nas escolas: entre a lei e as práticas sociais.** Brasília: UNESCO, 2002.

YIN, Roberto K. **Estudo de caso: planejamento e métodos.** 2ª Ed. Porto Alegre. Editora: Bookmam. 2001.

7. APÊNDICE – INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS PARA OS PROFESSORES

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA
ROTEIRO PARA COLETA DE DADOS
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – TCC
ACADÊMICA: BRUNA VANESSA DA SILVA MOURA
ORIENTADORA: SHEILA GOMES DE MELO

“o preconceito racial na educação infantil e as estratégias de práticas pedagógicas antirracistas”

Perfil do Entrevistado

Sexo: () masculino () feminino

Idade: _____

Estado civil: _____

Onde reside? _____

Qual formação? _____

Quanto tempo de atuação na docência? _____

Quanto tempo de trabalho nesta escola? _____

ROTEIRO DE ENTREVISTA

- 1- Já presenciou alguma atitude racista na sala de aula? Se sim, qual foi o seu posicionamento?
- 2- Você conhece a lei 10.639/03? Se sim, o que você sabe sobre ela?
- 3- Para você qual a importância de trabalhar a diversidade racial na sala de aula? Você já trabalhou na sala de aula? O que fez?
- 4- A escola promove alguma ferramenta ou projeto para que o trabalho pedagógico sobre a diversidade racial se torne mais eficiente?
- 5- Como professor (a) você acredita que através de práticas que envolva a diversidade racial, possa ajudar as crianças negras a construir sua identidade?